

TEMPO E NARRATIVA NA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

TIME AND NARRATIVE IN CONTEMPORARY HISTORIOGRAPHY

Cristiano Alencar Arrais¹

Eliézer Cardoso de Oliveira²

Resumo: O presente artigo procura abordar o processo de construção dos conceitos de tempo e narrativa na historiografia. Através da análise do debate realizado nos últimos anos acerca destes dois conceitos, procuramos demonstrar que eles estão no cerne das principais questões envolvendo o problema da escrita e da teoria da história atual, auxiliando em sua renovação temática e metodológica.

Palavras-chave: tempo, narrativa, teoria da História

Abstract: This article abord's the construct process of the concepts of time and narrative in the historiography. Through a analyses of discussions realised in the last years concern that two concepts, explanes how they are the focal point of questions envoirement the problem of write an teory of history current. They concepts helps in your thematic and metodologic renovation.

Keywords: time, narrative, teory of history

O presente estudo tem como objetivo identificar as principais reflexões sobre dois conceitos centrais dentro da historiografia contemporânea: tempo e narrativa. Nossa preocupação volta-se, fundamentalmente, para a forma como tais conceitos são utilizados dentro da prática historiadora e suas possibilidades analíticas.

Para os restritos objetivos deste trabalho, o primeiro destes dois conceitos será abordado dando ênfase, primeiramente, a tradição científica e filosófica do século XIX para, somente então, situá-lo no interior da tradição historiográfica do século XX. Num segundo momento procuraremos elaborar uma nova abertura conceitual por meio da demonstração das possibilidades que se abrem à sua exploração.

¹ Dr. em História pela UFG, professor de Teoria e Metodologia da História na UFG. E-mail: alencar.arrais@bol.com.br

² Dr. em História e professor de Teoria da História na UEG - Anápolis. E-mail: ezi@uol.com.br

Quanto ao conceito de narrativa, utilizaremos uma metáfora lunar, mostrando o nascimento da narrativa histórica na Antiguidade Clássica, o seu eclipse no século XX e o seu ressurgimento a partir da década de 1970. A nossa indagação básica será: o fato da História ser uma narrativa teria conseqüências teóricas e metodológicas? Aproveitaremos esse panorama para analisar as conseqüências desse retorno da narrativa para uma melhor compreensão teórica da História.

O tempo como problema histórico

Um respeitável historiador do século passado afirmara certa vez em seu pequeno manual publicado postumamente que a história é a ciência que estuda os homens inseridos no tempo. Da inovação metodológica iniciada por ele e seu colega de metiére, fundou-se uma das mais hegemônicas tradições historiográficas dos últimos tempos e que, até hoje, influencia os historiadores. Daquela simples e limpa definição do conceito de história, duas categorias eram apontadas como fundamentais: os homens e o tempo.

por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviço da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça (BLOCH, 2001, p. 54).

Dessa perspectiva vieram as grandes contribuições do grupo original dos *Annales* e da História Nova para a historiografia. Entretanto, a segunda categoria fundante do conceito de história foi relegada a um segundo plano, juntamente com o eclipse da narrativa, conforme abordaremos mais adiante. Objeto *no qual* se pensa os homens, a duração, não foi tratada como objeto *com o qual* os homens se pensam. Isto porque, apesar de toda a inovação metodológica, aquela tradição historiográfica permanecia agregada ao padrão epistemológico de seus antecessores que viam o tempo como um problema de ordem fundamentalmente cronológica (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1944, p.175-176).

O mais próximo que se pôde chegar de uma reflexão histórica sobre o tempo foi a obra de Fernand Braudel, por meio da perspectiva temporal tripartite utilizada em sua tese de doutoramento, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico à Época de Felipe II*, assim como em *Gramática das Civilizações*. Influenciado pelo avanço da perspectiva estruturalista proveniente da antropologia, Braudel procurou incorporar à história as suas conquistas, movendo-se numa tripla dimensão temporal. A primeira dessas dimensões estava direcionada para uma história,

quase imóvel, que é a do homem nas suas relações com o meio que o rodeia, uma história lenta, de lentas transformações, muitas vezes feita de retrocessos, de ciclos sempre recomeçados; não quis desprezar essa história, quase fora do tempo, de relação com as coisas inanimadas (BRAUDEL, 1983, p. 25).

Esta história formaria a base estruturante de toda a sua reflexão. Acima dela encontrar-se-ia uma outra história, de ritmo lento, caracterizada pela dinâmica dos grandes agrupamentos e sínteses. E por último, sobreposto àquelas duas camadas, poder-se-ia encontrar uma terceira dimensão, relacionada ao indivíduo, ao acontecimento que, como as ondas do mar, agitam a superfície³.

A obra de Braudel, entretanto, não está no centro de nosso interesse. Ela é, na verdade, apenas um mote para compreendermos como uma determinada concepção de tempo, cristalizada ainda no início do século XIX, tornou-se lugar-comum dentro da prática historiadora e de nossas próprias vidas cotidianas. Tal concepção foi formulada seguindo os princípios da concepção mecanicista do universo que reforçaram a crença na idéia de tempo homogêneo, com mensuração precisa e contínua.

Em época de racionalização do conhecimento, a construção de um sistema mecânico hipotético que garantiria a explicação de

³ Também em *Gramática das Civilizações* Braudel utiliza a tripartição temporal. Em seu prefácio ensina que “A história trabalha em escalas e com unidades de medida não raro diferentes, ou dia a dia, ou ano a ano, ou por dezenas de anos ou por séculos inteiros”. Num esforço de síntese sobre o trabalho do historiador com o tempo, Braudel define três planos temporais. Um plano A, de uma história que passa rapidamente de um acontecimento a outro, um plano B, que reflete os episódios compreendidos em blocos sintéticos como o Romantismo, a Revolução.

determinados fenômenos naturais foi colocado em prática fundamentando-se na matemática⁴. O tempo, um dos seus componentes, seria exterior a esse sistema do mundo, não influenciando em seu acontecer.

A elaboração mais sistemática do conceito de tempo, que influenciaria o conhecimento científico, foi realizada por Kant em 1781. Ao partir da compreensão de que existem duas formas puras da intuição sensível (estabelecidas de forma *a priori*), o espaço e o tempo, Kant vê no espaço, não um conceito empírico, derivado de uma experiência externa, mas uma representação necessária que serve de fundamento a todas as intuições obtidas externamente. Como uma instituição pura, ele não representa nenhuma propriedade das coisas (não depende dos objetos) porque “nem as determinações absolutas, nem as relativas podem ser percebidas antes da existência das coisas a que pertencem e, por conseguinte, *a priori*”. O tempo, segundo Kant, da mesma forma não é um conceito derivado da experiência. As sensações de simultaneidade e de sucessão não poderiam ser percebidas caso não houvesse uma representação anterior do tempo que lhes desse fundamento. O tempo, nesse sentido, torna-se uma condição *a priori*, visto que só nele é possível toda a realidade dos fenômenos: “Estes podem desaparecer, mas o tempo mesmo, como condição geral de sua possibilidade, não pode ser suprimido”. Por outro lado, o tempo é entendido como entidade unidimensional e, ao mesmo tempo, de natureza infinita. Disso deduz-se a impossibilidade de simultaneidade de tempos diferentes e a concepção de que a separação entre tempos diferentes é apenas a partição de um mesmo tempo. (KANT, 1981, p. 147 e 50).

Como forma do sentido interno que não constitui qualquer objeto externo, tal concepção produz uma analogia entre tempo e espaço, representando

⁴ Sir Isaac Newton, em seus *Princípios Matemáticos da Filosofia Natural*, de 1686, foi quem operou a primeira síntese conceitual que procurava definir o tempo segundo uma analogia com uma reta geométrica, matematicamente mensurável. “O tempo absoluto, verdadeiro e matemático flui sempre igual por si mesmo e por sua natureza, sem relação com qualquer coisa externa, chamando-se com o mesmo nome ‘duração’; o tempo relativo, aparente e vulgar é certa medida sensível e externa de duração por meio do movimento (seja exata, seja desigual), a qual vulgarmente se usa em vez do tempo verdadeiro, como são a hora, o dia, o mês, o ano”. Destacam-se aqui as características do conceito de tempo elaborado pelo cientista: fluindo “sempre igual”, “sem relação com qualquer coisa externa”, o tempo não está no tempo, visto que não sofre transformação “o fluxo do tempo não se pode mudar” (NEWTON, 1983, p. 03-08).

a sucessão do tempo por uma linha prolongável até o infinito, cujas diversas partes constituem uma série de uma só dimensão, e derivamos das propriedades desta linha todas as do tempo, excetuando só uma, a saber: que as partes das linhas são simultâneas, enquanto que as do tempo são sempre sucessivas (KANT, 1981, p. 53).

Daí legitima-se a noção dominante de linearidade física do conceito de tempo, representado por um segmento de reta com extremidades infinitas.

Contraditoriamente, é uma afirmação de *Crítica da Razão Pura*, em sua conclusão transcendental que pode, em parte, conduzir-nos a uma nova resposta acerca do problema do tempo:

Ele não é mais do que a forma de nossa intuição interna. Se se tira desta intuição a condição especial de nossa sensibilidade, desaparece igualmente o conceito de tempo, porque esta forma não pertence aos objetos mesmos, mas ao sujeito que os percebe (KANT, 1981, p. 55-56).

Retornaremos ao problema da relação entre tempo e a percepção do sujeito mais adiante. Antes disso, devemos estabelecer as condições de possibilidade que nos permitem reorientar a concepção até agora formulada do tempo, numa direção que nos pareça mais produtiva.

Tempos plurais e temporalidades diversas

Preliminarmente é preciso notar que o questionamento sobre o tempo permite-nos apreender determinados tipos de problemas que não são acessíveis às concepções históricas que consideram o tempo como uma constante independente e, portanto, *a priori*, não problematizável. Afinal, mais do que uma aquisição da natureza humana, o tempo é uma das mais importantes criações dos seres humanos, contribuindo para formar o senso de orientação e identidade de indivíduos e sociedades.

Parece justo que na moderna sociedade industrializada cause-nos certo incômodo aquela pergunta viceral que Agostinho procurava responder,

Que é, pois, o tempo? Se ninguém me pergunta, eu sei; mas se quiser explicar a quem indaga, já não sei. Contudo, afirmo com certeza e sei que, se nada passasse, não haveria tempo

passado; que se não houvesse os acontecimentos, não haveria tempo futuro; e que se nada existisse agora, não haveria tempo presente (AGOSTINHO, 2002, p. 268).

No mundo moderno a resposta é obviamente diferente. Os indivíduos passam por um processo de aprendizagem que identifica o tempo por meio da analogia com a medida dos ponteiros dos relógios. É um erro, porém, pensar que o relógio mede o tempo. Ele é na verdade, apenas um processo físico socialmente padronizado pelos homens para comparar elementos que se relacionam na duração. Orienta e harmoniza os comportamentos humanos, adaptando-os aos fenômenos naturais. Segundo Elias (1998, p.13), a marcação do tempo atende às necessidades dos homens de comparar processos sociais ou seqüências de acontecimentos que ocorrem no fluxo ininterrupto do devir. Para isso recorrem a uma segunda sucessão de acontecimentos que obedecem a certos modelos seqüenciais regulares e obedientes a uma mesma lei de repetibilidade. O movimento aparente do sol e o movimento dos ponteiros de um relógio são exemplos dessa espécie de mecanismo seqüencial que age como unidade de referência e meio de comparação para seqüências de acontecimentos que não podem ser diretamente relacionados em função de seu caráter sucessivo e irreversível: “Em sua qualidade de símbolos reguladores e cognitivos, essas unidades de referência adquirem a significação de unidades de tempo” (ELIAS, 1998, p. 13).

O fato, portanto, de um segundo significar “a unidade de medida de tempo, no sistema internacional, igual à fração $1/315569259747$ do ano tópico de 1900” (FERREIRA, 1997, p. 1562), demonstra apenas o nível de desenvolvimento das instituições sociais que difundem seu conhecimento, assim como das experiências que o indivíduo agrega à sua personalidade desde a infância. Sob esse ponto de vista, o que comumente compreende-se por tempo é o símbolo de uma instituição social que age no sentido de disciplinar a sensibilidade do indivíduo em relação à duração e que contribui decisivamente para formar nossos hábitos sociais.

Da definição de Elias devemos reter a crítica ao processo de naturalização por que passou o conceito de tempo, oriundo das Ciências da Natureza. A última reflexão de Kant exposta neste texto, relacionando o tempo à sensibilidade, à intuição interna do sujeito que percebe os objetos que o cercam destaca um problema fundamental

para nossos objetivos. Se ao sujeito que intui, sente e percebe, são proporcionadas as mais diversas formas de estar-no-mundo, então podemos concluir que sua intuição, sensação e percepção serão afetadas, refletindo-se na *forma* como vivemos o tempo: na angústia, na lembrança, na expectativa, na pressa, no tédio, no esquecimento, na distração e de acordo com o seu próprio tempo. Essa reavaliação não é somente uma expansão, mas uma transformação no conceito de tempo, visto que, de instrumento de ordem metódica, ele pode ser agora conjugado no plural, como um objeto temporal.

Mais do que uma segunda natureza, o tempo torna-se, nesta interpretação, uma das mais fundamentais criações da humanidade e que pode ser identificada nos objetos culturais produzidos pela sociedade. Como afirma Koselleck (1993:148) “qualquer acontecimento histórico encerra qualidades temporais tanto em sua realização quanto em sua recepção”, sendo possível, portanto, pensar que *todos* os tipos de vestígios do passado preservam esta mesma característica. Isso porque, por um lado, a realização de uma ação é feita na duração e sofre influência direta das condições estruturais e conjunturais do momento de sua ação. Ao mesmo tempo, as qualidades temporais de um objeto também podem ser pensadas sob o critério do produto de uma ação. Transformados em narrativa através da recepção analítica do historiador, esses vestígios são percebidos sob a ótica do “antes” e do “depois” e, portanto, captados em sua temporalidade. É o que Ricoeur (1994) quer dizer ao afirmar que não existe tempo que não é narrado: a narrativa é a condição de possibilidade de existência de um tempo que possa ser, não somente sentido, mas também mensurado.

Desnaturalizado e desuniversalizado, o conceito de tempo abre-se aos historiadores a possibilidade de apreender determinados tipos de problemas que não são acessíveis às concepções históricas que consideram o tempo como uma constante independente e, portanto, *a priori*, não problematizável. Isto porque sob essa nova ótica, o conceito de tempo passa a estar atrelado a unidades políticas e sociais de ação, a indivíduos e organizações que podem apresentar concepções temporais diferentes (convergentes, superpostos ou conflitantes), mas que são operados concomitantemente.

Daí a insistência de Pomian (1984) em pensar o conceito de tempo em sua pluralidade. Teríamos, segundo o autor, uma enorme diversidade de tempos, divididos seja por seu caráter qualitativo (como

o tempo político ou o tempo litúrgico) ou quantitativo (do relógio, ou cosmológico). Mais importante nas reflexões daquele autor é o fato de procurar realçar o caráter construtivo do sentido do tempo a partir do que chama de “Arquitetura Temporal”. Estabelecido por meio do entrecruzamento, da acomodação de diversos componentes, superpostos uns aos outros à medida em que a sociedade se desenvolve, a idéia de tempo torna-se, neste caso, por si mesma, um objeto temporal.

E toda arquitetura temporal contém em si um presente que foi seu passado, não sobre sua forma original, mas sob aquilo que recebeu no curso de sucessivas reintegrações de formas posteriormente reunidas que provocaram, cada uma, uma nova distorção do passado e cujo efeito cumulativo é tão importante quanto o passado mais longínquo e coberto por um número cada vez maior de sucessivas camadas, cada vez mais recentes (POMIAN, 1984, p. 331).

Apesar das críticas qualificadas feitas por Ricoeur àquela obra⁵, o núcleo central do trabalho de Pomian possui uma ação enriquecedora em relação à problemática do tempo. Esse enriquecimento é comprovado na influência exercida em Hartog (2003), ao recorrer ao termo “regime de historicidade”. Duas importantes acepções são aqui elaboradas: por regime de historicidade entende-se a forma como uma sociedade trata seu passado e o representa. Numa acepção mais complexa, regime de historicidade serve para designar a modalidade de consciência que uma comunidade humana tem de si mesma:

Um regime de historicidade, não é, aliás, uma entidade metafísica, que desce do céu e que possui alcance universal. Ele não é a expressão de uma ordem dominante do tempo. Constituindo de diferentes regimes de temporalidade, ele é, por fim, uma forma de traduzir e ordenar as experiências do tempo – de maneira a articular passado, presente e futuro – e produzir sentido (HARTOG, 2003, p. 1118).

Por meio da comparação entre os diferentes modos de produção do sentido do tempo, a atenção aos regimes de historicidade

⁵ Para Ricoeur, Pomian, ao tomar o tempo como objeto de reflexão incide em três equívocos. Primeiro, ignora a separação entre natureza e história. O que o autoriza a falar de uma história cósmica, de uma história da terra, fazendo com que ao mesmo tempo, história humana se transforme em apenas um de seus segmentos. Segundo, o autor ignora que uma das propriedades do tempo é sua amorfidade: sua forma e conteúdo são dados pelos indivíduos que agem, sofrem a ação ou narram um evento. Por último, Pomian suprime a idéia de um tempo

garantiria acesso a indivíduos, instituições, organizações e sociedades (tanto do passado quanto do presente), cada qual com ritmos temporais próprios, inerentes a suas formas de atuação.

Koselleck aponta três tipos de modalidades temporais da experiência: a irreversibilidade dos acontecimentos (identificada pela sensação de um “antes” e um “depois” de um acontecimento), a repetibilidade dos acontecimentos (sensação dos “retornos” de conjunturas passadas, ou a suposição de sua identidade) e a simultaneidade do anacronismo (percepções distintas sobre a duração do tempo, segundo os distintos sujeitos envolvidos numa ação). Disso resulta que

De uma combinação destes três critérios formais é possível deduzir conceitualmente o progresso, a decadência, a aceleração ou o atraso, o ‘ainda não’ e o ‘não mais’, o ‘antes de’ ou o ‘depois de’, o ‘demasiadamente rápido’ ou o ‘demasiadamente tarde’, a situação e a permanência – e quantas determinações diferentes seja necessário – para poder tornar visíveis movimentos concretos (KOSELLECK, 1993, p. 130).

Os registros lingüísticos são, neste caso, conectores privilegiados para a investigação histórica. Daí, por exemplo, a importância das reflexões da história conceitual. É que a linguagem pode codificar, por meio de sua cristalização, momentos de mudança, permanência, continuidade e futuridade de uma conjuntura histórica – o mundo social dos indivíduos do passado: “cada palavra, incluindo cada nome, indica sua possibilidade lingüística para além do fenômeno particular que descreve ou domina” (KOSELLECK, 1993, p.123). É o que fica claro, por exemplo, nos múltiplos significados do termo “história”, desde sua origem, revelando, portanto, uma mudança no conteúdo experiencial dos atores envolvidos nessa mudança de significado, mesmo em face da manutenção de sua estrutura escriturária (KOSELLECK, 2004)⁶.

⁶ “O que é preciso analisar é qual a capacidade de inovação existente numa língua que pode ter séculos de antiguidade, e como se produz essa inovação, por exemplo, como consequência das mudanças técnicas. E ao abordar essa relação entre antigas estruturas e novos significados, devemos observar a nova semântica introduzida na língua como resultado de novas experiências” (KOSELLECK apud JASMIN & JÚNIOR, 2006, p. 140-141).

Essa conclusão não está restrita às fontes escritas. Por meio da expansão do conceito de narrativa, como veremos a seguir, pode-se acessar o tipo de representação do tempo predominante, as expectativas projetadas, cumpridas, frustradas ou concorrentes em qualquer indício material legado pelo passado. E, para além disso, os interesses por trás desses atos, conscientes ou inconscientes, de mobilização das possibilidades cognitivas, argumentativas e simbólicas da representação do tempo.

Hartog & Revel (2001), seguindo esse percurso, procuram localizar dentro do discurso histórico certa suscetibilidade aos usos políticos, por meio das mais diversas formas. A construção das histórias nacionais, de monumentos fundadores de um passado glorioso ou obras arquitetônicas evocando determinados nichos da memória nacional, são os exemplos mais evidentes desse movimento de remodelar o passado de acordo com as necessidades do presente⁷. As grandes discussões em torno do significado de eventos como a Revolução Francesa e as polêmicas causadas ainda hoje por interpretações conflitantes sobre o tema do Holocausto (WHITE apud MALERBA, 2006, p.191-210), inserem os historiadores num campo de debate que extrapola os limites da verificabilidade do passado, confrontando-os com o problema das orientações éticas, presente naqueles que se debruçam sobre o passado (WIEVIORKA, 1993). Mas além do passado, o presente e futuro são também elementos possíveis de sofrerem reconfiguração, por meio da manipulação das experiências coletivas.

Os elementos dessa reconstrução temporal podem ser percebidos na *forma* como os indivíduos do passado descrevem, analisam ou interpretam seu próprio tempo. Daí a necessidade de, concomitantemente à reformulação do problema do tempo, haja a necessidade de repensar os problemas relativos às categorias de expressão humana, ou seja, da narrativa.

⁷ Por manifestarem um vínculo físico entre o hoje e o ontem, os monumentos possuem um grande potencial evocativo. Mas esse potencial só é transformado em força dinâmica quando ocorre uma reclassificação de seu lugar, quando ocorreu um deslocamento de sentido, que faz ao mesmo tempo, participar do presente e do passado através de sua passagem para o nível de um local de memória. No caso dos monumentos e de conjuntos arquitetônicos, esse ato de deslocamento possui uma especificidade visto que sua própria construção é a concretização de um fato-síntese (de atualização do passado ou de projeção do futuro), via reelaboração de sua pertinência de sentido no contexto presente (DAVIS, 2004).

A narrativa como problema histórico

A “narrativa” é uma categoria bastante atual nas reflexões teóricas e metodológicas da História. No entanto, o termo não é específico do conhecimento histórico, pelo contrário, segundo Barthes, a narrativa

[...] está presente no mito, na lenda, na fábula, no conto, na novela, na epopéia, na história, na tragédia, no drama, na comédia, na pantomima, na pintura (recorde-se a Santa Úrsula de Carpaccio), no vitral, no cinema, nas histórias em quadrinhos, no *fait divers*, na conversação. (BARTHES, 1971, p. 19).

Pode-se afirmar, então, que os seres humanos são animais que sabem e gostam de narrar. A narrativa é uma necessidade ontológica e dá sentido ao mundo em que vivemos. Essa constatação de Barthes fornece um pressuposto importante para se analisar a narrativa histórica: ela é parte de uma necessidade imemorial humana.

Os primeiros historiadores foram exímios contadores de história. Até hoje, em muitas línguas, inclusive no português, há uma imprecisão lingüística na diferenciação entre “história” como narrativa produzida por um historiador sobre acontecimentos do passado e “história”, uma narrativa, realista ou ficcional, sobre qualquer acontecimento. Para sanar esta imprecisão lingüística, chegou-se a cogitar uma diferenciação entre “história” com “h” (a história “verdadeira”) e a “estória” com “e” (a história “falsa”). Felizmente, tal solução, inspirada na língua inglesa, não foi bem recebida pelos lingüistas brasileiros, sendo que hoje é praticamente desusada.

A principal qualidade exigida dos primeiros historiadores era o manejo adequado das palavras, produzindo um relato coerente e sedutor sobre as ações humanas do passado. O exemplo maior é o de Heródoto, o famoso “pai da história”, que lia as suas *histórias* em praças públicas, em troca de algum dinheiro. Se os gregos pagavam para ouvir, era porque consideravam excitantes as narrativas. Diz a lenda que Tucídides, ainda jovem, ao ouvir Heródoto, chorou de emoção. O choro de Tucídides é emblemático, lembrando Ulisses que, quando ouviu as suas aventuras serem contadas por um *aedo* (uma mistura de poeta com contador de história), na corte do rei Alcino, também

chorou de emoção⁸. As lágrimas de Tucídides e Ulisses ilustram algumas características da narrativa histórica: a história, assim como a poesia e o teatro trágico, também provoca emoção; as aventuras humanas são tão emocionantes como as aventuras dos deuses e dos heróis. No entanto, as lágrimas de Tucídides e Ulisses não se explicam apenas pelo conteúdo da história, mas principalmente pela maneira como essa história foi contada. É muito provável que Tucídides já soubesse os fatos referentes às guerras entre gregos e persas antes de serem narrados por Heródoto, Ulisses também não havia se esquecido de suas aventuras; mas o modo como, respectivamente, Heródoto e o *aedo* teceram a narrativa tocou o coração de ambos.

Podemos notar, portanto, que a história produzida na Grécia, depois em Roma e na Idade Média e Moderna, denominada de “tradicional” possuía as seguintes características:

- a) Era mais descritiva do que analítica: sua preocupação básica era produzir um relato plausível sobre os acontecimentos do passado, organizando esse material numa ordem seqüencial coerente, com início, meio e fim⁹.
- b) Enfocava mais o homem (o sujeito) do que as circunstâncias (o contexto, a estrutura): as explicações sobre os fatos históricos eram feitas em termos de caráter e intenção dos indivíduos. Mesmo que os historiadores concebessem forças sobrenaturais agindo na história, eles descreviam as aventuras e as desventuras dos humanos no tempo. A história era feita em termos de erros e acertos, méritos e deméritos. Para os gregos, a história narrava as ações humanas grandiosas, equivalentes a dos heróis míticos; para os romanos a história

⁸ De acordo com Homero (2003, p. 102), “Então Ulisses, tomando nas vigorosas mãos uma aba de seu manto de púrpura, puxou-o para a cabeça e com ele ocultou seu belo rosto, envergonhado, porque as lágrimas lhe corriam dos olhos, na presença dos Féaces; mas, a cada pausa no canto do divino aedo, enxugava as lágrimas, tirava o manto da cabeça e, tomando a taça de duas asas, fazia libação aos deuses; depois, quando o aedo recomeçava, instado pelos príncipes dos Féaces, a quem a narrativa deleitava, de novo Ulisses cobria o rosto e soluçava”. Para Arendt (1997, p. 74), o choro de Ulisses é emblemático porque a sua vida, suas aventuras e sofrimento, foram transformadas em algo fora dele, em um “objeto”.

⁹ De acordo com Astor Diehl (1998, p. 83), “uma das características fundamentais da narrativa é, precisamente, a de que ela possui um começo e um fim extremamente bem definidos e solidamente articulados entre si, um como que pressupondo a existência do outro.”

era a “mestra da vida”, que mostrava as ações dos antepassados, dignas de serem imitadas; para os cristãos a história humana era um conjunto de desgraças, mas que mostravam os desígnios divinos para a humanidade.

- c) Procurava tratar-se do particular e do específico e não do geral: a narrativa histórica geralmente tem como tema um evento específico: a vida de um rei, a história de uma batalha ou de uma guerra (como a *História da Guerra no Peloponeso*, de Tucídides), ou mesmo o fim de um império, (como *O Declínio e Queda do Império Romano*, do iluminista Edward Gibbon). Mesmo obras amplas, como a *História Eclesiástica* de Eusébio de Cesaréia e *O Discurso da História Universal* de Jacques-Bénigne Bossuet, que abrangiam a criação do mundo até os tempos contemporâneos aos escritores estavam permeadas de eventos.
- d) Usava amplamente os procedimentos retóricos: o objetivo da narrativa histórica era suscitar nos ouvintes e leitores a emoção, convencer-lhes da pertinência e da plausibilidade do conteúdo pelo uso premeditado das palavras. Um professor de retórica do século III, Cássio Longino, mostrou que na presença de determinados discursos, os discursos sublimes, “nossa alma se eleva e, atingindo soberbos cumes, enche-se de alegria e exaltação, como se ela mesma tivesse gerado o que ouviu” (Longino, 1996, p. 51). Essa busca de empatia com o leitor (ou ouvinte) será uma característica da narrativa histórica no decorrer dos tempos.

Por muito tempo a História foi uma narrativa e nada mais. No entanto, um processo que se inicia a partir do final do século XVII, o nascimento da história erudita¹⁰, preocupada com a crítica das fontes,

¹⁰ Essa história crítica surgiu nos mosteiros beneditinos franceses, destacando-se Dom Mabillon que, em 1681, publicou a *De Re Diplomática*, contendo ensinamentos para distinguir os diplomas autênticos daqueles totalmente ou parcialmente manipulados. Outro nome de destaque é Spinoza, um dos primeiros a fazer uma crítica histórica da *Bíblia*. Pós-cartesianos, estes eruditos vão estar preocupados em utilizar textos mais confiáveis, apoiando-se em novas técnicas, como a numismática, a epigrafia, a filologia, etc. Sobre isso, ver os capítulos: “A história erudita de Mabillon a Fustel de Coulanges” (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 61-81), “A historiografia cartesiana” (COLLINGWOOD, 2001, p. 81-81) e “A história dos eruditos, dos filósofos e dos homens das letras (séculos XVII e XVIII)” (CARBONELL, 1987, p. 73-89).

culminária, no século XIX, com o surgimento da História-Disciplina-Ciência. Os chamados historiadores metódicos, alemães e franceses, não mais irão se contentar com a legitimação retórica do conhecimento histórico. Imbuídos do espírito positivista, esses historiadores vão defender que a História é ciência, não apenas narrativa, porque possui um método objetivo de tratamento das fontes. No entanto, apesar dessa busca pela objetividade, a História produzida por esses historiadores, não deixava de ter características bastante próximas da narrativa tradicional: valorizava os eventos, principalmente as histórias de reis e batalhas, era descritiva e não analítica e explicava os acontecimentos históricos pelas decisões individuais. Neste caso, a história continuou sendo uma narrativa, mas agora fortalecida com o adjetivo “científica”.

O eclipse da narrativa

A chamada “História Metódica”, também conhecida como Escola Histórica, fez muito sucesso no século XIX, que ficou conhecido como o “Século da História” (CARBONELL, 1983, p. 91), substituindo o Dezoito, “o século da filosofia”. Graça a essa corrente, a história se institucionalizou, garantindo a primazia intelectual dentro do campo das ciências humanas. É sintomático do prestígio da *Escola Histórica* o fato de o único historiador a ganhar um prêmio Nobel, por méritos exclusivamente intelectuais, foi o historiador prussiano Theodor Mommsen em 1902¹¹.

No entanto, no século XX, a história metódica estava defasada. As crises econômicas, como a terrível Crise de 1929, vão tornar a análise das questões econômicas muito mais urgentes do que as análises das questões políticas; as revoluções, como a Revolução Bolchevique,

¹¹ O ex-primeiro ministro britânico, Winston Churchill, ganhou em 1953 o prêmio *Nobel de Literatura*, com uma obra de história: *A Segunda Guerra Mundial*. Não sendo um historiador profissional, é provável que o prêmio tenha sido motivado mais pela sua participação do que pela sua narração da guerra.

Eric Hobsbawm, influente historiador marxista britânico, definiu que esse foi o grande conflito que dividiu a História entre 1890 a 1970: “tratava-se da batalha da hipótese convencional de que ‘a história é a política do passado’, tanto no interior dos Estados-nações quanto em suas relações com outras, e a de que a história deve tratar das estruturas e mudanças das sociedades e culturas; entre a história como narrativa e a história como análise e síntese; entre aqueles que consideravam impossível generalizar sobre os assuntos no passado e os que consideravam que isso era essencial” (HOBSBAWM, 2002, p. 315).

de 1917, vão suscitar o interesse pela análise dos movimentos sociais; a avalanche de mortos das guerras mundiais vai tornar os historiadores críticos do nacionalismo. As vestes de Clio estavam manchadas de sangue e muitos historiadores não queriam mais fazer uma história que glorificava as batalhas, o patriotismo, os acordos diplomáticos e os grandes homens. A partir de 1914, na Europa, houve o surgimento e o desaparecimento de novos países, a desagregação de antigos impérios (russo, otomano e austro-húngaro), o surgimento de movimentos revolucionários da direita (fascismo) e da esquerda (comunismo) e de novas tecnologias. Não é mero acaso que a década de 1920 nos EUA fosse chamada de *os frenéticos anos 20*.

A metodologia da História Metódica era insuficiente para descrever estas transformações. Ela estava presa aos eventos, à política e à nação. A sociedade queria uma nova História, menos política, menos nacionalista e menos acelerada. Se a História não se renovasse metodologicamente, iria fatalmente perder espaço para as novas ciências sociais (como a sociologia, a economia, a antropologia).

É nesse contexto, que se explica a expansão das duas mais importantes vertentes historiográficas da primeira metade do século XX: o marxismo e os *Annales*. Ambas renegaram a narrativa, dando um forte viés estruturalista ao conhecimento histórico¹².

Eric Hobsbawm, procurando responder a indagação “o que os historiadores devem a Karl Marx?”, teve o cuidado de separar as contribuições do chamado “marxismo vulgar” daquelas de um marxismo mais “sofisticado”. No primeiro caso, a influência marxista na História deu-se: na interpretação econômica da história, no modelo base-superestrutura (interpretado quase sempre mecanicamente), na redução da História aos interesses de classes, na crença em leis e na inevitabilidade histórica, na denúncia de interesses ideológicos presentes nas produções culturais, artísticas e científicas. Já a contribuição mais vigorosa do marxismo para a História foi a de transformá-la numa

¹² Eric Hobsbawm, influente historiador marxista britânico, definiu que esse foi o grande conflito que dividiu a História entre 1890 a 1970: “tratava-se da batalha da hipótese convencional de que ‘a história é a política do passado’, tanto no interior dos Estados-nações quanto em suas relações com outras, e a de que a história deve tratar das estruturas e mudanças das sociedades e culturas; entre a história como narrativa e a história como análise e síntese; entre aqueles que consideravam impossível generalizar sobre os assuntos no passado e os que consideravam que isso era essencial” (HOBSBAWM, 2002, p. 315).

ciência social, insistindo na existência e na historicidade das estruturas sociais (HOBSBAWM, 2001, p.162).

Com isso, o marxismo foi pioneiro numa história econômico-social, totalizante, analítica e que utilizava a temporalidade na longa duração. O singular, o evento, o tempo curto, a política, a descrição e a retórica foram praticamente abandonados. Isso fica bem evidenciado na obra de um dos principais historiadores marxistas brasileiros, Caio Prado Júnior, quando, numa bela metáfora, afirmou que

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo 'sentido'. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida numa determinada direção (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 19).

O texto citado é bem esclarecedor da distância que separa o marxismo de uma história narrativa. Para Caio Prado, os historiadores, com uma foice na mão, deveriam limpar as insignificâncias e ideologias do passado e descobrir a sua estrutura, para com isso possibilitar uma mudança no presente, para que no futuro, os trabalhadores (com seus martelos!) pudessem construir uma nova sociedade. Já para os historiadores partidários de uma concepção narrativa de história seriam justamente os “cipós verdejantes” o objeto de sua predileção.

Na história de Caio Prado Júnior, os indivíduos não são determinantes, mas as forças estruturais. As forças estruturais também serão o principal objetivo dos historiadores dos *Annales* na explicação do passado. Como no caso do marxismo, há uma tentativa de transformar a História numa ciência social:

Sob a influência das ciências sociais, em primeiro lugar, a história sofreu modificações no seu campo de análise. Os historiadores novos abandonaram os objetos tradicionais da história – a política, a história das idéias, a biografia – campos dominados pela presença do indivíduo, como livre e potente para produzir eventos, que faziam a história, para darem atenção à região não-acontecimental da história: o mundo mais durável e mais estruturado, mais resistente à mudança, da vida material econômico-social (REIS, 1994, p. 124).

Desse modo, as propostas de uma nova concepção de História levada a cabo pelos *Annales* podem ser resumidas em três pontos: abandonar a história dos acontecimentos e priorizar uma história econômica e social, abandonar o tempo curto e priorizar a média e longa duração, abandonar a descrição e priorizar a problematização. Todas essas recusas visam acabar com presença da narrativa na História. A história produzida pelos *Annales*, entre a década de 1930 e a de 1970, afastou-se também da filosofia, do historicismo, da retórica, da consciência, da empatia, das sensibilidades, das culturas. A história se aproxima das ciências sociais, notadamente a sociologia durkheimiana e a antropologia estruturalista de Lévi-strauss como forma de se manter atualizada teórica e metodologicamente e de preservar suas posições institucionais.

Haveria então essa concepção de uma história quase imóvel, extinguido a narrativa de suas reflexões sobre a história? Para Ricoeur (1994), esse seria o grande dilema da concepção estruturalista que domina a ciência histórica neste período, visto que, ao invés de eliminar a narrativa do trabalho do historiador, havia apenas ignorado-a, tornando sua idéia de “ciência histórica”, mais frágil ante seus críticos.

O retorno da narrativa

No entanto, a partir da década de 1970, a crise do marxismo e a mudança de perspectiva dos *Annales* possibilitaram a narrativa retornar ao centro da reflexão e do fazer histórico. Um dos primeiros a notar isso, com certo entusiasmo, foi o inglês Lawrence Stone, o qual num artigo que se tornou famoso – “O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma velha e nova história” – analisou os motivos desse retorno:

Se estou certo em meu diagnóstico, o movimento em direção à narrativa por parte dos ‘novos historiadores’ marca o fim de uma era: o fim da tentativa de criar uma explicação científica coerente sobre a transformação no passado. O determinismo econômico e demográfico faliu frente às evidências, mas não surgiu nenhum modelo determinista completo, baseado na política, na psicologia ou na cultura para ocupar seu lugar. O estruturalismo e o funcionalismo não se mostraram muitos melhores. A metodologia quantitativa se revelou um caniço bastante frágil, capaz de responder apenas a um leque restrito de problemas. Levados

a escolher entre modelos estatísticos a priori do comportamento humano e uma compreensão baseada na observação, na experiência, no julgamento e na intuição, alguns dos novos historiadores agora tendem a recuar em direção à segunda modalidade de interpretação do passado (STONE, 1991, p. 32).

O retorno da narrativa recoloca os historiadores como “caçadores de carne humana” e como especialistas no tempo, contrapondo a uma tendência de se pensar numa “história sem gente” ou numa “história imóvel”. A história retoma as suas raízes humanistas, que no dizer de Gadamer (1998: 14) distingue as ciências humanas da pretensão universalizante da metodologia científica. A História não se sente mais envergonhada de ser narrativa, pelo contrário passa orgulhar-se das suas características literárias.

No entanto, esta narrativa que retorna não é a mesma narrativa tradicional. Stone enumera cinco diferenças entre os historiadores narrativos atuais com os “tradicionais”¹³:

1. estão [...] interessados nas vidas, sentimentos e comportamentos dos pobres e obscuros, ao invés dos grandes e poderosos.
2. A análise continua a ser tão essencial em seus métodos quanto a descrição [...]
3. Estão abrindo novas fontes [...] principalmente aquelas que] trazem por escrito o depoimento completo das testemunhas interrogadas e examinadas. [...]
4. Contam suas histórias de maneira diferente da de Homero, Dickens ou Balzac. Sob a influência do romance moderno e das idéias freudianas, eles exploram escrupulosamente o subconsciente, ao invés de se aferrarem aos fatos em si. E sob a influência dos antropólogos, tentam utilizar o comportamento para revelar sentidos simbólicos.
5. Contam a história de uma pessoa, um julgamento ou um episódio dramático, não por ele mesmo, mas para lançar luz ao funcionamento interno de uma cultura ou sociedade do passado (STONE, 1991, p. 31-32).

¹³ Peter Burke (1992: 339-345), inspirado em Clifford Geertz propõe a utilização de uma narrativa revigorada pelos historiadores, uma “narrativa densa”, capaz de lidar não apenas com as intenções conscientes dos atores nos acontecimentos históricos, mas também com as estruturas sociais. Nesta narrativa, os historiadores aprenderiam as técnicas dos romancistas modernos, e produziriam novas modalidades de escrita da história, tais como: a micro-narrativa (história de pessoas comuns), a narrativa de dramas-sociais (acontecimentos que revela conflitos latentes e esclarece a estrutura sócias), a biografia de pessoas comuns e diferentes (o que favorecia a multivocalidade), a narrativa de uma história de frente para trás.

Um exemplo concreto desse retorno da narrativa é a obra da historiadora Mary del Priore, *O Mal Sobre a Terra: uma história do terremoto de Lisboa*. Vejamos um trecho do livro:

Jacome Ratton costumava assistir a missa na igreja do Carmo, cujo teto ou dorso de animal correspondia à pesada abóbada de pedra. ‘Na manha desse dia fatal’, ele não foi. Nas águas-furtadas de sua casa, via da janela que ‘achava-se o céu risonho como quase sempre é nas felizes regiões da Europa do sul; nem o ar se agitava lentamente’. Aguardava tranqüilamente um comprador para certa partida de papel avariado que ali se tinha posto a enxugar. Não percebeu a agitação dos animais de tração, os cães em disparada pelas ruas, os ratos que deixavam suas tocas, os pássaros em louca revoada. ‘Três minutos porem antes das 10 horas ouviu-se um ruído como se corresse por elas numerosas carroças; ao mesmo tempo estremece a terra com um movimento violento, ondulante. Estremece a terra e em menos de um minuto ela sorve o cais (da alfândega)... Na cidade levantavam enormes colunas de poeira ao pé das ruas que caíam das ruínas’. A poeira, ‘a maneira de denso nevoeiro que impedia a vista a duas braças de distância’, era intensa também na casa de Ratton, ou no que sobrara dela. ‘Ao sentir o primeiro abalo’, diz ele, ‘me ocorreram muitas reflexões a salvar a minha vida e não ficar sepultado debaixo das ruínas da própria casa ou das vizinhas, se descendo as escadas fugisse para a rua; mas tomei o partido de subir ao telhado nas vistas de que abatendo a casa eu ficasse superior às ruínas’. Ratton era jovem; tinha 19 anos. Razão suficiente para ter suportado ser jogado contra os molhos de papel úmido antes de cair junto com o teto e as paredes que sustentavam a lucarna (DEL PRIORE, 2003, p.109-110).

O tema em si já é sugestivo, pois o terremoto que devastou Lisboa em 1755 é um acontecimento que durou menos de 10 minutos, quase impossível encontrar uma pesquisa de um evento tão breve. Além disso, descreve o acontecimento a partir da perspectiva dos contemporâneos, fazendo com que o leitor tenha oportunidade – por meio do texto com aspas – de “ouvir” as pessoas que vivenciaram a tragédia. Na história narrativa, as pessoas são importantes. Ficamos conhecendo uma delas: Jacome Ratton, um jovem de 19 anos. Compartilhamos sua dor, seu dilema (correr para a rua ou subir no telhado?), seu medo e a sua sorte. A história narrativa possibilita a empatia compreensiva com outro, possibilita trazer a emoção e a sensibilidade para o texto de História. Por isso, é um texto agradável de se ler.

No entanto, o texto não é somente uma descrição de um fato pitoresco. É possível, por meio dele, levantar inúmeras questões analíticas interessantes: como era mentalidade do povo português na época do Iluminismo, como a ciência e a religião da época explicaram o terremoto e em que sentido o terremoto contribuiu para a ascensão do futuro Marquês de Pombal? A presença da narrativa, como já havia demonstrado Carlo Ginzburg no famoso *Queijo e os Vermes* não é incompatível com a problematização.

O retorno da narrativa não modificou apenas a maneira como os historiadores selecionavam seus temas, suas fontes, suas perspectivas e escreviam seus textos, mas modificou a maneira de pensar a própria teoria da História, incorporando, como elemento importante, a escrita da História nas suas reflexões teóricas e metodológicas¹⁴. Antes, os livros de teoria da história eram um levantamento crítico das diferentes “escolas” históricas (marxismo, positivismo, *Annales*, etc), procurando realçar as diferenças entre elas. Agora, procura-se analisar os elementos estruturais presentes nos textos de história. Essa nova postura foi bem colocada por Paul Veyne: “O que fazem, realmente, os historiadores, de Tucídides a Max Weber ou Marc Bloch, quando saem dos seus documentos e procedem a ‘síntese?’” (VEYNE, 1995, p.08). Muitos teóricos se propuseram a pensar a história nesta perspectiva ampla. Destacamos dois dos mais importantes: Hayden White e Jörn Rüsen.

Hayden White¹⁵ acredita que a solidez das obras de História não advém de suas pretensas qualidades científicas, mas literárias. Por isso, alguns autores antigos – Heródoto, Tucídides, Gibbon, Marx – ainda são lidos, apesar de desatualizadas em muitos aspectos. Como um discurso que fica entre a literatura e a ciência, a obra histórica seria composta por cinco etapas fundamentais.

A primeira seria a crônica de eventos, isto é, o conjunto de acontecimentos do passado à disposição do historiador. Este, apesar de saber a data da ocorrência desses eventos, não se contenta apenas

¹⁴ Aliás, para Sônia Lacerda (1993, p. 19), este é o ponto principal da discussão da narrativa na história, pois a oposição entre narrativa e estrutura, descrição e análise está sujeita a “tantas ressalvas que acaba por anular a distinção entre as duas espécies de historiografia”. As questões básicas do debate seriam ligadas “à natureza do conhecimento histórico e do lugar que nele tem a linguagem, a construção discursiva” (LACERDA, 1993, p. 20-21).

¹⁵ As colocações a seguir foram baseadas em White (1995).

em classificá-los cronologicamente. O historiador, ao contrário do cronista, pretende organizar os fatos em um “espetáculo” ou em um “processo”, que tenha início, meio e fim. O primeiro passo do historiador é transformar a “crônica” em uma história.

Por isso, na segunda etapa, o historiador precisa “elaborar um enredo”, explicando como aconteceu o “espetáculo” ou o “processo”. Para isso, o historiador conta com quatro possibilidades: ele pode escolher um enredo *romanesco* (épico), no qual predomina uma visão otimista em relação à humanidade poder vencer os desafios que lhe são propostos: as turbulências do mundo são resolvidas heroicamente no final da narrativa; a *sátira*, um enredo pessimista, caracterizado “pelo reconhecimento de que, em última análise, a consciência e a vontade humana são sempre inadequadas para a tarefa de sobrepujar em definitivo a força obscura da morte” (WHITE, 1995, p. 24); a *comédia*, um otimismo comedido de que haja um triunfo temporário do homem sobre o mundo; e a *tragédia*, enredo caracterizado pela resignação do homem frente às desgraças do mundo.

Na terceira etapa, os historiadores procuram escolher os tipos de *argumentos* para explicar os acontecimentos, mostrando seu significado e sua finalidade. São quatro modos de argumentação: *formismo*, para identificar as características singulares dos fatos históricos; *organicismo*, para integrar os fatos históricos numa direção (meta ou fim); *mecanicismo*, para buscar leis causais que expliquem o campo histórico; *contextualismo*, para colocar os fatos históricos dentro do contexto de sua ocorrência, mostrando a sua relação com o espaço histórico circundante.

A quarta etapa refere-se ao posicionamento do historiador em relação ao mundo em que vive. Existem nesse aspecto quatro posições ideológicas: *conservadora*, aquela que procura retardar ao máximo a mudança social; *liberal*, aquela que procura fazer algumas mudanças, mas num ritmo lento, para preservar a estrutura social; *radical*, preconiza mudanças sociais rápidas e radicais, mudando completamente a estrutura social; *anarquista*, visa retornar um passado remoto de inocência natural humana, substituindo a atual “sociedade” por uma “comunidade”.

A quinta e última etapa, resultante da combinação das anteriores, é o sentido poético, isto é tropológico, que o historiador

dará a sua obra. Estão disponíveis quatro tropos de linguagem: a *metáfora*, quando se representa o objeto histórico na sua integridade e singularidade; *metonímia*, quando se reduz o objeto histórico a uma de suas partes, considerada mais importante; *sinédoque*, quando se procura integrar as diversas partes do objeto histórico no todo; *ironia*, quando se nega a possibilidade de conhecer os objetos históricos, caindo num relativismo ou ceticismo no pensamento.

Por meio dessa estrutura de composição da obra histórica, Hayden White considera o trabalho histórico sob diversos prismas: o da pesquisa (quando o historiador disponibiliza a crônica de eventos), o da epistemologia (quando escolhe uma forma de explicação), o dos valores (quando o posicionamento ético do historiador em relação à mudança social é relevante para o texto) e o da estética (quando escolhe um modo de enredo e um tropo de linguagem para escrever sua história). Como podemos perceber, White enfatiza o critério estético na obra histórica, fazendo com que os limites entre narrativa histórica e literária sejam bastante reduzidos em função das escolhas individuais que os autores-escretores fazem, tendo em vista suas próprias consciências criadoras e as condições de sua época

Jörn Rüsen¹⁶, teórico da História alemão, pensa o trabalho histórico também a partir de cinco elementos, que formariam a matriz disciplinar da ciência histórica. O primeiro deles seria o *interesse*, isto é, o pressuposto de que as pessoas precisam da História (variável a cada época) para enfrentar a contingencialidade do tempo e dar sentido as suas ações. As narrativas históricas falam do passado, mas sua função é orientar o presente e gerar expectativas de futuro. Os historiadores, portanto, seriam aqueles que satisfariam as demandas de historicidade da sociedade, inclusive, escrevendo o tipo de história que ela precisa num determinado momento.

O segundo elemento da matriz disciplinar seria as *idéias*, isto é, categorias, conceitos, perspectivas que possibilitam os historiadores escolherem o que e como analisar o passado. Por idéias entende-se também a problematização do passado, transformando-o, de uma massa amorfa e indefinida, numa história plausível e relevante.

¹⁶ Os parágrafos seguintes foram baseados em Rüsen (2001).

Porém, os historiadores precisam – para escrever sobre o passado – de materiais do passado: as fontes históricas. Existe um conjunto de regras e exemplos – *o método* – que possibilita aos historiadores utilizarem proveitosamente os mais diversos tipos de fontes, extraindo delas um conhecimento do passado.

Após o tratamento das fontes, o historiador passa para a quarta etapa denominada *formas de apresentação*, ou seja, a escrita da História. Escrever a História não significa fazer um “relatório de uma pesquisa” como nas ciências naturais. Devido à sua tradição humanística, a História requer a utilização de elementos estéticos e retóricos, indispensáveis para que ela seja lida e apreciada pelas pessoas do presente. Na narrativa, o passado é interpretado para que o presente seja compreendido e o futuro esperado. Portanto, para Rüsen, a narratividade¹⁷ presente no trabalho histórico não seria um limitador da racionalidade, pois além de ser baseada em fatos reais, ela está inserida dentro das demandas culturais de uma determinada sociedade. Negar racionalidade à narrativa história seria negar racionalidade as outras produções culturais, tais como a música, a poesia, a arte, etc.

Por fim, o último elemento da obra história seria as suas *funções* dentro de uma determinada sociedade. A sua função é suprir as carências de orientação que suscitou o trabalho dos historiadores e sua conseqüência é a geração de novas carências. O trabalho histórico – sob a forma de narrativa – é lido, apreciado e utilizado na vida prática do dia-a-dia, servindo de inspiração para filmes e novelas, para as produções da moda, para as obras literárias e poéticas, para as obras arquitetônicas, para os discursos de políticos e religiosos e – o mais importante – para a produção de livros didáticos, úteis ao ensino da história. O suprir de tais carências tem como conseqüência a geração de novas necessidades de orientação. Característica essa que demonstraria a dinamicidade da matriz disciplinar da história e a constante reformulação do conceito de história.

¹⁷ O que Rüsen chama de narratividade é a categoria que “aproxima os estudos históricos da literatura; ela proclama o caráter literário da historiografia e os procedimentos e princípios lingüísticos que constituem a ‘história’ como uma representação do passado, plena de sentido e de significado, nas práticas culturais da memória histórica” (RÜSEN, 1996, p. 75).

Enfim, Hayden White e Jörn Rüsen¹⁸ colocam a narrativa como central para o entendimento teórico da História. Para eles, a narrativa não é apenas uma forma de escrever ou pesquisar sobre o passado que os historiadores poderiam escolher ou não; pelo contrário, a narrativa é um elemento constituinte do trabalho do historiador, não importando se ele goste ou não. A presença da narrativa possibilita ver a História como um texto cultural, tornando-a mais pertinente ao paradigma pós-moderno. Este paradigma valoriza a diversidade e a diferença, a racionalidade estética, a feminilidade (diálogo) e o relativismo cultural, contrapondo-se ao paradigma moderno que, respectivamente, valorizava a unidade e a semelhança, a racionalidade metódica, a masculinidade (força) e o universalismo eurocêntrico. Assim, renascida e revigorada, a narrativa vem, como deve ser, atender novas demandas, dando um sopro humanista na disciplina histórica.

Considerações finais

Tempo e narrativa: mais do que dados objetivos ou incorporados *a posteriori*, são elementos elaborados dentro do próprio ato produtor de conhecimento e interferem diretamente em todas as esferas de sua produção. Seja por meio da seleção do material, da condução da informação do passado para o presente, no auxílio à interpretação ou através da influência de nossas projeções de futuro em nossa abordagem do passado.

Daí advém a ligação entre a narrativa e as categorias referenciais da experiência da duração. Como a inserção no tempo é característica de qualquer evento narrado e como a narrativa é uma característica própria do ser humano, realizada por meio de sua necessidade de comunicar com outros homens e consigo mesmo em seu agir, é possível observar os conceitos e categorias existentes nos documentos, nas fontes e na historiografia como elementos que expressam e podem

¹⁸ Apesar de White e Rüsen serem “narrativistas”, é preciso ressaltar as diferenças substanciais entre eles. White, inspirando-se em Lévi-Strauss e Roman Jakobson parte do pressuposto de que a história não é ciência, pois o seu discurso – não formalizado – está longe das ciências naturais; Rüsen, partindo de uma tradição weberiana, não vê uma incompatibilidade entre os valores e a cientificidade, sendo que por isso utiliza a expressão “ciência histórica”. Além do mais White supervaloriza a presença dos elementos estéticos na obra histórica, enquanto Rüsen os concebe com a mesma importância dos demais componentes da matriz disciplinar.

vir a construir os limites da própria experiência humana numa determinada época. É esta, por exemplo, uma das idéias que norteiam os trabalhos da história conceitual, de matriz germânica. Para os adeptos dessa tendência, a aproximação do pesquisador com as distintas experiências históricas é feita através da análise da dinâmica linguística dentro da longa duração, observando os pontos de ruptura e continuidade entre presente e passado.

Outra tendência que, em certo sentido, concentra-se no problema das múltiplas temporalidades existentes no interior de uma experiência histórica concreta deriva da aproximação entre os campos da história e da antropologia, a partir das décadas de 1970. Aproximação essa que garantiu àquela primeira disciplina um olhar mais voltado para as experiências cotidianas, individuais dos homens do passado, ao invés de situá-los dentro de esquemas conceituais pré-formatados. O exemplo do moleiro Menochio de *O Queijo e os Vermes* deve ser novamente lembrado, pois Ginzburg situa sua atenção não somente na narrativa de um evento microscópico, mas também numa dimensão temporal “anacrônica” e não submetida à uma concepção de mundo socialmente homogênea. De comum às duas tradições está a centralidade do questionamento sobre os esquemas produtores de sentido e a objeção aos conceitos normatizadores da experiência histórica.

Quanto à narrativa, este é ainda um conceito polêmico dentro da disciplina histórica. Vítima dos ataques marxistas e dos primeiros historiadores de *Annales*, recebeu inúmeros insultos: história positivista, factual, descritiva, retórica, ingênuo, etc. Narrativa passou a designar tudo aquilo que a história deveria abandonar para ser uma ciência social. No entanto, a partir dos anos 1970, com o surgimento de novas tendências historiográficas – como a História Cultural, a micro-história, a nova história política –, os historiadores voltaram a pensar a história como uma modalidade narrativa.

Porém a mudança foi mais profunda do que uma simples escolha de modalidade: narrativa ou estrutural. Afetou a maneira como os historiadores pensavam a teoria da história. Nesse aspecto, a grande mudança foi a constatação de que todos os historiadores, de Heródoto a Braudel, fazem uso de procedimentos narrativos. Hayden White mostrou que as obras de historiadores clássicos (Michelet, Ranke, Tocqueville e Burkhardt) e dos filósofos (Hegel, Marx, Nietzsche e

Croce) são narrativas, que podem ser classificadas tendo por base os quatro tropos da linguagem. Jörn Rüsen também mostrou que a narrativa está presente e atuante na obra histórica, pois é ela que faz da História um texto cultural, capaz de satisfazer as demandas de historicidade de uma sociedade. Se a História não fosse uma narrativa, seria uma obra petrificada, incapaz de fazer a ponte entre passado-presente-futuro.

Daí porque, a título de conclusão, não seria precipitado afirmar que a narrativa, assim como o tempo, longe de ser apenas um problema epistemológico, é um problema humano.

Referências

- AGOSTINHO, S. *Confissões*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- BARTHES, R. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, R.; GREIMAS et al. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971. p. 19-60.
- BLOCH, M. *Apologia da história*. São Paulo: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDÉ, G.; MARTIN, H. *As escolas históricas*. Lisboa: publicação Europa-América, 1983.
- BRAUDEL, F. *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BURKE, P.(Org.). *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CARBONELL, C.O. *Historiografia*. Lisboa: Editorial Teorema, 1987.
- COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.
- DAVIS, B. Monuments, memory and the future of the past in modern urban Germany. *Journal of urban history*, USA, v. 30, n. 4, 2004.
- DEL PRIORE, M. *O mal sobre a terra: uma história do terremoto de Lisboa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

- DIEHL, A. A. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo; PR: EdIUPE, 1998.
- ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1997.
- GADAMER, H.-G. *Verdade e método*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- HARTOG, F. Temps et histoire: comment écrire l'histoire de France?. *Annales: histoire, sciences sociales*, Paris, n. 6, EHESS, 1995.
- _____. *Regimes d'historicité: presentisme et expérience du temps*. Paris, França: Seuil, 2003.
- _____; REVEL, J. (Org.) *Les usages politiques du passé*. Paris, França: Éditions EHESS, 2001.
- HOBSBAWM, E. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HOMERO. *Odisséia*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Nova Cultural, 2003.
- JASMIN, M. G. JÚNIOR, J. F. (Org.) *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Ediouro, 1981.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: para una semantica de los tiempos presentes*. Barcelona: Paidós, 1993.
- _____. *História/história*. Madrid: Editorial Trotta, 2004.
- LACERDA, S. História, narrativa e imaginação histórica. In. SWAIN, T. N. *História no plural*. Brasília: UnB, 1994. p. 9-42.
- LANGLOIS, Ch; SEIGNOBOS, Ch. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1944.
- LONGINO. *Do sublime*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- NEWTON, I. *Princípios matemáticos da filosofia natural*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

POMIAN, K. *L'Ordre du temps*. Paris, França: Galimard, 1984.

POULOT, D. Museu, nação, acervo. In: BITTANCOURT, J. M. BENCHETRIT, S. F. BOTTEL, V. L. *História representada: o dilema dos museus*. SE, 2004.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

REIS, J. C. *Tempo, história e evasão*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. Campinas, SP: Papirus, 1994. t.I.

_____. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. *Annales, histoire, sciences sociales*, Paris, n. 4, 2000.

_____. *Memóire, histoire, L'oubli*. Paris, França: Seuil, 2000.

RÜSEN, J. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. *Textos de História: Revista da Pós-Graduação em História da UnB*. Brasília, v. 4, n. 1, p. 75-102, 2006.

_____. *A razão histórica*. Brasília: UnB, 2001.

STONE, L. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. *RH – Revista de História*, Campinas; SP, n. 2/3, p. 13-37, 1991.

TABBONI, S. The idea of social time in Nobert Elias. *Time & Society*, v. 10, n. 1, p. 5-27, 2001.

VEYNE, P. *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*. Brasília, UnB, 1995.

WHITE, H. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995.

_____. Enredo e verdade na escrita da história. In: MALERBA, J (Org.) *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006. p.191-210.

WIEVIORKA, A. 1992: réflexions sur une commémoration. In: *Annales, économies, sociétés, civilisations*, Paris, n. 3, 1993.

Artigo recebido em de 2008 e aceito para publicação em outubro de 2008.